

Mundo questiona modelo brasileiro

Paris — As dificuldades financeiras do Brasil, cuja dívida supera os 95 bilhões de dólares, e as exigências dos países credores e do Fundo Monetário Internacional (FMI) provocaram esta semana o interesse dos círculos financeiros e a expectativa da opinião pública internacional.

As difíceis negociações mantidas em Paris pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, apesar de seu aspecto secreto e estritamente reservado, foram analisadas com particular atenção, não só pelos meios especializados como também pela opinião pública dos países do Terceiro Mundo. Nesse contexto, é difícil não perceber a manifestação desagradável de uma política internacional que se acreditava completamente superada e na qual as imposições e as relações de dependência dissimulam-se mal nos planos de reajuste do FMI ou nas exigências dos bancos internacionais.

Por outro lado, diante da intransigência das instituições financeiras, que consideram necessário submeter o Brasil a condições econômicas "suficientemente abertas" para proceder a um reescalonamento de sua dívida externa, o plano de reestruturação proposto em Brasília pelo ministro da Fa-

zenda, Ernane Galvães, é considerado com ceticismo, quando não com certa irritação.

Brasília sugere, e provavelmente assim o fez Delfim Netto em Paris e Londres, que os pagamentos de 1983 e 1984 se transformem em empréstimos amortizados num plano de oito anos, com outros dois ou três de carência. O Brasil, que este ano deve pagar cerca de 12 bilhões de dólares, não pode cumprir com os vencimentos de 2 bilhões, segundo confirmou o Banco Central.

Entretanto, o governo brasileiro poderá negociar uma parte dos empréstimos garantidos pelos governos, no Clube de Paris, cujos membros aparentemente parecem bem dispostos, com a condição de submeter-se a diretrizes do FMI. Quanto ao projeto de Carta de Intenção, na qual o Brasil assinala seus objetivos econômicos imediatos, continua sendo examinada na sede do FMI em Washington. Os analistas consideram que Jacques de Larosiere, diretor do Fundo, não apresentará o pacote brasileiro à direção da instituição antes de outubro.

Nessas condições, o esperado benéplácito do FMI não só continua bloqueando o desembolso de mais de 800 milhões de dólares referente

ao crédito Stand by concedido por essa entidade, como também fecha as portas ao governo brasileiro às negociações com o Clube de Paris por aproximadamente 1,5 bilhão de dólares.

Também constitui um obstáculo a mobilização de 9 milhões de dólares de novos créditos, que poderiam ser conseguidos graças a um empréstimo Jumbo de 6 bilhões ante os bancos e de 2,5 a 3 bilhões de empréstimos governamentais ou de organizações internacionais. Em todo caso, os analistas consideram que se os governos e os bancos interessados não prestarem a indispensável ajuda ao Brasil, não resta a menor dúvida de que o país estará à beira da falência, colocando em perigo o sistema financeiro internacional.

Essa perspectiva representa, de certo modo, o ponto forte do Brasil, que, no final das contas, deve limitar-se a evitar dentro do possível os sacrifícios que exigirão de sua economia e de sua população. A esse respeito, as dificuldades referem-se as duas partes em conflito: um plano de reajuste que imponha sacrifícios intoleráveis ao povo pode levar a uma comoção social de insuspeitadas consequências e terminar com um processo

de desenvolvimento que causaria severas perdas aos países credores. Por fim, mesmo quando alguns economistas afirmam que o Brasil sofre de "falta de liquidez financeira e não por insolvência econômica", o que está em jogo são mais as opções fundamentais e, em particular, o modelo de desenvolvimento que se aplica no país.

Os brasileiros optaram por modos de produção e de consumo à maneira ocidental, e isso implica uma industrialização acelerada, cujos custos aparecem hoje extremamente elevados, em setores pouco aptos a satisfazer a maior parte da população. Esse modelo está orientado para o exterior e descuida da conquista do mercado interno ou da incorporação ou mesmo de um setor permanente da população, que permanece à margem da atividade econômica.

A atual crise, na qual seus dirigentes assumem uma grande responsabilidade por falta de previsão, constitui um "desafio" histórico e uma oportunidade para questionar os valores considerados fundamentais. O Brasil pode agora distinguir claramente que são seus amigos, mas, sobretudo, não deve esquecer que para superar a crise atual conta apenas com seus próprios recursos.